



Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro (CMS/RJ)

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 12/06/2018

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, em convocação para realização da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ) no período das catorze às dezoito horas no Auditório do Centro Administrativo São Sebastião/CASS, Rua Afonso Cavalcanti, 455, bloco I - subsolo, reuniu-se pelo segmento dos usuários – conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); conselheira Maria de Fátima Silva Pinto (Associação Mulheres Guerreiras); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro - FAAPERJ); conselheira Márcia Vera Vasconcellos (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro – FAMERJ); conselheiro Jorge Agostinho de Almeida Neto (Associação dos CAPSi do Município do Rio de Janeiro); conselheiro Carlos Norberto Varaldo (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); conselheira suplente Ananda Lopes Carneiro Gonzalez (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); conselheira Maria da Glória Silva (Conselho Distrital da AP 1.0); conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheiro Ozeas Lopes Farias (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheira Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheiro suplente Manoel João de Santana (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheira Margarida Maria Azambuja Frouf (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro suplente José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Adelton Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1) e o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ); conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Elizabeth Guastini (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ); conselheira Sheila Aguiar Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINFERJ); conselheiro Alexandre Oliveira Telles (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED); conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI) e o conselheiro suplente Francisco Assis Bressy (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços – conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Lúcia Maria Lafayette Rodrigues Pereira (Secretaria Municipal de Saúde); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD) e conselheira Edna Corrêa Moreira (Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO). A reunião ordinária iniciou-se em segunda e última convocação às 14 horas e 30 minutos de acordo com o Regimento. O **Secretário Executivo David Lima** cumprimentou os presentes e logo após informou a composição da Mesa: **Presidência do Conselho**: conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes. Comissão Executiva: **Usuários**: conselheiro Geraldo Batista de Oliveira e conselheiro Ludugério Antonio da Silva, com a função de secretariar. **Profissional**: conselheiro Alexandre Oliveira Telles. **Gestor/Prestador**: conselheiro Jaciano Gomes

Santiago, com a função de fazer a leitura da pauta. Controladora do Tempo: conselheira Júlia Daniela de Castro. Em seguida, passou a coordenação dos trabalhos para a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** que cumprimentou os presentes e pediu a todos um minuto de silêncio pelo conselheiro Waldir Francisco da Costa, o Waldir da Maré, que foi conselheiro estadual, municipal e distrital e nesse momento seu corpo se encontra na capela G do Cemitério São Francisco Xavier. Ao final do minuto de silêncio, a **conselheira Maria José Peixoto** disse: - Waldir presente. Aplausos. A **Presidenta Fátima Lopes** disse que é uma dor que a gente fica se perguntando aos comunitários que, realmente, lutaram, lutam e que continuem na luta porque na AP 3.1 é o terceiro conselheiro a falecer em dois meses. Por isso, enviou um abraço enorme para o CDS da AP. 3.1 e para todos os presentes. Finalizando, agradeceu. O **conselheiro Jaciano Santiago** cumprimentou a todos e fez a leitura da pauta: distribuição das Atas de 26/03 e 10/04/2018; **1) Deliberação** da Ata de 13/03/2018; **2) RAG** (Relatório Anual de Gestão) 2017 – Exposição solicitada pelo Vereador Paulo Pinheiro – **30 minutos**; **3) Apresentação** do relatório de atividades do primeiro semestre de 2018 da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST) – **20 minutos**; **4) Apresentação** da adesão do Município do Rio de Janeiro à PNAISARI (Política de Atenção Integral aos Jovens em Conflito com a Lei) – **25 minutos**; **5) Comissão** de Educação Permanente – **30 minutos** - 5.1 – “Projeto Seja bem-vindo” – Apresentação do Serviço de Práticas Integrativas da SMS; **6) Comissões** do Conselho Municipal de Saúde – **10 minutos**; **7) Informes** da Gestão da SMS – **10 minutos**; **8) Informes** da Secretaria Executiva – **5 minutos**; **9) Informes** do Colegiado – **20 minutos**. O **Secretário Executivo David Lima** disse que a Secretaria Executiva recebeu duas informações. O primeiro informe é do Vereador Paulo Pinheiro que pediu para transferir o ponto dele para a reunião no próximo mês porque tem uma votação importante que surgiu de última hora na Câmara dos Vereadores, além de ter uma reunião com a Casa Civil da Prefeitura do Rio. O segundo informe é sobre o ponto cinco, referente à Comissão de Educação Permanente porque a responsável pela apresentação de práticas integrativas da SMS está de férias. Então a época, no dia da reunião a mesma chegou a falar com alguém que gostaria que deixasse para julho, mas com a confusão do momento, no final da reunião anterior não prestaram atenção nisso. Portanto, não terá o ponto da Comissão de Educação Permanente. A **Presidenta Fátima Lopes** agradeceu pela informação e em seguida colocou em votação a pauta modificativa, com a retirada dos pontos dois e cinco, que foi aprovada pela maioria simples dos presentes com uma abstenção. Em seguida, alertada pela conselheira Maria José Peixoto, colocou para aprovação o ponto um referente à deliberação da ata de 13/03/2018. A **conselheira Maria José Peixoto** pediu uma ressalva para ficar registrada. Informou, para efeito de registro que representa o Sindicato dos Assistentes Sociais mas não consta no relatório. Mais a frente consta seu nome, inclusive fez parte da Mesa, pois substituiu o profissional do segmento do profissional de saúde que faltou. Portanto, gostaria que o nome do Sindicato dos Assistentes Sociais e seu nome constassem nas duas atas, por gentileza, somente isso. A **Presidenta Fátima Lopes** perguntou quais atas. Respondeu que são as atas de março e de abril. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu para constar, como ratificação, nas atas de março e de abril o nome da Entidade do Sindicato dos Assistentes Sociais e o nome da conselheira Maria José Peixoto. O **Secretário Executivo David Lima** complementando, disse que na pauta de hoje, que nas atas de vinte e seis de março e dez de abril, sejam incluídas no momento da fala da conselheira Maria José Peixoto, o Sindicato dos Assistentes Sociais e o nome dela. A **conselheira Maria José Peixoto** agradeceu. A **Presidenta Fátima Lopes** disse que o conselheiro Marinaldo Silva Santos pediu uma solicitação de informe à Mesa. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** cumprimentou a todos. Disse que todos sabem que é representante do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro no Conselho Municipal de Saúde, aliás, era porque seu nome foi lançado para pré-candidatura a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores. Portanto, conforme a Lei Eleitoral determina tem que se desincompatibilizar do cargo de presidente do Sindicato e consequentemente de todas aquelas representações que o cargo lhe coloca e o Conselho Municipal de Saúde é um deles. Portanto, está saindo do Conselho Municipal de Saúde, inclusive já entregou a carta de desincompatibilização ao Conselho Municipal de Saúde, mas está trazendo o companheiro Francisco Bressy que irá substituí-lo no Conselho Municipal de Saúde como também irá substituí-lo e responder pelo Sindicato dos Psicólogos. Ressaltou esperar que daqui a oito anos esteja de volta. A **Presidenta Fátima**

**Lopes**, dando continuidade, disse que o ponto três da pauta foi uma solicitação da coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (Cist), Maria Angélica de Souza para falar sobre a Cist. Entretanto, a Subsecretária Márcia Rolim queria dar um ponto e a doutora Cláudia queria dar uma fala, inclusive já conversou com a coordenadora do municipal que concordou que elas poderiam falar em primeiro lugar e depois dará autorização, mas se concordarem em fazer isso dentro desse tempo. Em seguida pediu o favor para fazer uso do microfone. O **Secretário Executivo David Lima** disse a Presidenta Fátima Lopes que confirmasse para ficar gravado que as atas de 26/03 e 10/04/2018 foram aprovadas porque no momento em que iria ser colocada em votação houve interrupção da conselheira Maria José Peixoto. Logo depois chamou a Subsecretária Márcia Rolim para falar. A **Presidenta Fátima Lopes** informou a todos que na hora em que colocou em votação a deliberação da ata, a conselheira Maria José Peixoto pediu um ponto de inclusão mas a ata de 13/03/2018 foi colocada em votação e aprovada pela maioria simples dos presentes. No momento em que a Subsecretária Márcia Rolim e a doutora Cláudia iriam falar houve problema técnico no projetor e, por isso, o **Secretário Executivo David Lima** orientou a Mesa dar prosseguimento com a pauta. A **Presidenta Fátima Lopes** disse que, enquanto verificam o problema técnico irão passar para o informe das Comissões. O **conselheiro Jaciano Santiago** passou a leitura do **item seis**: Comissões do Conselho Municipal de Saúde -10 minutos. Citou comissão por comissão, mas nenhum de seus representantes tinha informes para dar, a saber: Comissão de DST/AIDS e Hepatites Virais; Comissão de Gêneros, Raças e Etnias; Comissão de Saúde; Comissão de Saúde Mental. Entretanto, ressaltou que a Comissão de Educação Permanente falará na próxima reunião. O **conselheiro Jaciano Santiago** passou para a leitura do **item oito**: Informes da Secretaria Executiva. O **Secretário Executivo David Lima** informou que o Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro vai realizar as suas eleições, agora, no dia treze porque seria dia catorze, mas anteciparam por causa do início da Copa do Mundo de Futebol, inclusive no local onde seriam realizadas as eleições será feito um evento em relação à Copa do Mundo. Prosseguiu informando que a eleição será no dia treze, mas não será uma eleição como sempre, muito fácil, pois há várias situações detectadas e esperam que corra tudo bem. O outro informe é com relação à substituição do conselheiro Marinaldo Silva Santos mas este já informou tudo. O outro informe é que de acordo com a decisão da última reunião a Comissão Executiva junto com a Secretaria Executiva participaram de reunião no CDS da AP 5.2, e por isso, avisou tudo o que foi definido na última reunião, no Conselho Municipal de Saúde com relação à situação do CDS da AP 5.2. Esclareceu, para adiantar, que na mesma reunião tudo foi de acordo com que a legislação demanda e foi decidido o afastamento de algumas Entidades, inclusive a ONG Defensores do Planeta, representada pelo conselheiro Mauro André. Disse que estão até o momento sem representação do CDS da AP 5.2 no Conselho Municipal de Saúde porque terão que fazer nova eleição lá e que por isso, terão que dar um prazo para fazerem a eleição. Enquanto isso, quem virá falar pelo CDS da AP 5.2 é a sua presidente quando estiver presente nas reuniões do Conselho Municipal de Saúde. A **conselheira Maria José Peixoto** pediu um esclarecimento em relação a isso. Disse que esse processo lhe chamou a atenção. Primeiro pelo documento que foi muito elaborado. Por isso, parabenizou o Secretário Executivo David Lima e a Comissão Executiva do Conselho Municipal. Segundo, na concepção da conselheira, houve algumas interrogações que lhe parecem questões muito mais pessoais do que de dirigente. Portanto, se a conselheira está numa direção da entidade irá discutir no campo de direção e não no campo do pessoal. Ressaltou que quando foi feita a leitura do documento lhe pareceu, também, que estava isento de qualquer coisa porque acha que nenhuma entidade pode ser suspensa já que ela foi eleita porque o conselheiro, a pessoa representante não cumpriu com as suas prerrogativas legais; então não é a entidade que tem que ser punida e sim o representante que deve ser afastado. E, o que lhe chamou a atenção é que devia ter uma entidade para abrir um novo processo eleitoral, pois têm que refletir isso, mas não quer de forma nenhuma entrar em detalhes pequenos dessa questão, aliás, de nenhuma questão de qualquer CDS porque respeita todos os Conselhos Distritais. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu para a conselheira. Nesse momento, a **conselheira Maria José Peixoto** interrompe a palavra da presidenta pedindo licença para continuar a fala. A **Presidenta Fátima Lopes** insistiu para que a conselheira concluísse sua fala mas a **conselheira Maria José Peixoto** disse que ouviu a leitura do Relatório durante quarenta minutos e foi muito bem e adorou. Por isso, parabenizou o Secretário Executivo David Lima,

pois gostou do que foi elaborado já que foi uma aula de Direito porque ele é advogado e não fez o documento a toa. Então como aquilo lhe impressionou, acha estar no seu direito, enquanto conselheira e que tem essa prerrogativa de falar na qualidade do Relatório porque se fosse ruim iriam lhe dar um monte de cacetadas na conselheira, mas quando elogia, também, querem cassar sua palavra e onde ficará nessa brincadeira. Pediu para registrar o seu descontentamento em relação à suspensão, a retirada da entidade porque está se punindo uma entidade, uma pessoa jurídica e não uma pessoa física. Disse pensar que o Conselho Municipal de Saúde deve refletir porque está esperando que saia de toda aquela discussão o melhor possível para atender bem a população da região, seja ela de um lado, seja ela do outro, mas que as entidades e as instituições não sejam penalizadas por conta dos seus representantes. Ressaltou que é uma questão legal, uma questão pessoal da conselheira e não vai punir o Sindicato Saserj porque é uma conselheira que cumpre com seu dever, mas se for o caso ela deve ser punida e não sua entidade. Disse que está defendendo as entidades porque elas são jurídicas e não físicas. Finalizando, agradeceu e pediu desculpas pela falácia. Aplausos. A **Presidenta Fátima Lopes** disse a conselheira para estar à vontade. Concluindo a sua fala, por causa do pedido da conselheira, o **Secretário Executivo David Lima** disse que era isso que a Secretaria Executiva queria informar. A **conselheira Maria José Peixoto** o interrompeu dizendo que não pode ser assim porque está pedindo reflexão nesse ponto por se tratar do ponto de pauta do CDS da AP 5.2 na reunião ordinária de 08 de maio e que não pode tirar assim porque é conselheira municipal e está querendo que isso seja ponto de pauta da próxima reunião. Nesse momento, ocorreu um “burburinho” no auditório. Prosseguindo, pediu questão de Ordem a Mesa dizendo que questão de Ordem sempre tem, mesmo que não goste, caso estivesse na Mesa, mas a questão de Ordem tem prerrogativa na discussão. Informou que a sua questão de Ordem é que o assunto de punir as entidades e instituições venha para o ponto de pauta no Conselho Municipal de Saúde porque não concorda enquanto conselheira eleita, que as instituições e as entidades sejam punidas por conta de um ou uma representante física. Disse que temos de preservar as instituições jurídicas. Portanto, propõe que venha como ponto de pauta na próxima plenária, finalizando, agradeceu. Aplausos. Dando continuidade, o **conselheiro Jaciano Santiago** passou a palavra para a **Subsecretária Márcia Rolim** que cumprimentando a todos deu início a apresentação utilizando-se de slides e comentários. Ao término da apresentação fez o seguinte resumo dos principais pontos apresentados: 01 - quer fazer uma ligação entre a Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses com o Conselho Municipal de Saúde. 02 - perante a Presidência do Conselho Municipal de Saúde e dos Conselhos Distritais, oficializou a representante oficial do Gabinete da Vigilância Sanitária, a doutora Leila Rodrigues e o doutor Rodrigo Prado, assessor de planejamento como pessoas físicas representantes da Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses no Conselho Municipal de Saúde. 03 - informou que a Coordenação de Fiscalização Sanitária é responsável pelas unidades descentralizadas. 04 - informou que a Coordenação de Vigilância de Alimentos é um grande segmento da Vigilância Sanitária, onde representa de cinquenta e cinco a sessenta por cento de toda Vigilância Sanitária. Ressaltou que quando fala de segmento de alimentos fala de creches, restaurantes, hotel, hostel, quiosque, ambulante. Então é uma grande gama de atividades econômicas do Rio de Janeiro que precisam ser formalizadas. 05 - sobre o serviço e produtos de interesses da Secretaria de Saúde, disse que essa coordenação representa quarenta por cento da Vigilância Sanitária e, é muito importante, principalmente, por causa da especialização porque nessa coordenação têm licenciamento de hospitais, clínicas, consultórios, salão de beleza, estúdio de tatuagem e que isso também engloba diversas atividades econômicas. 06 - informou que a Coordenação de Engenharia Sanitária é muito importante para a qualidade do ar, da água, do gerenciamento de resíduos. É uma coordenação extremamente importante, hoje, pelos ambientes dentro da Vigilância Sanitária. 07 - esclareceu que a Coordenação de Vigilância em Zoonoses é extremamente importante porque quando fala de zoonoses está falando de setenta e cinco por cento das novas doenças diagnosticadas no Brasil e no mundo que são as arboviroses, dengue, chikungunya, febre amarela, esporotricose, leishmaniose e raiva. Essas doenças impactam e muito o Sistema Único de Saúde do Brasil. 08 - informou ainda que a Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador irá trabalhar com os ambientes e os processos de trabalhos voltados para o trabalhador. Disse que, por enquanto, estão falando de população porque quando chega à Saúde do Trabalhador está falando da Saúde do Trabalhador. 09 -

informou que o Laboratório Municipal de Saúde Pública dá todo o suporte a Vigilância Sanitária, ou seja, todo o produto que está hoje no varejo ou no atacado vai para esse laboratório para verificar a qualidade desse produto. Ressaltou que é o único laboratório municipal que está na lista do Ministério da Saúde. Informou quem tiver a oportunidade de visitá-lo observará que é um laboratório extremamente bem equipado e que dá um suporte a toda a Vigilância Sanitária. 10 - esclareceu que a Coordenação de Administração faz a logística de toda essa estrutura que é a Vigilância Sanitária. 11 - informou que tem um relatório e têm que encaminhar a cada quatro meses para o Ministério da Saúde. Esse relatório tem todos os procedimentos que a Coordenação de Saúde do Trabalhador realiza dentro da Vigilância Sanitária. 12 - disse que conversando com o Secretário de Saúde Marco Antonio de Mattos, conversando com a doutora Claudia Lunardi e com a Subsecretária Márcia Rolim informou que vão incluir, vão abrir no Sisreg a consulta para a Saúde do Trabalhador. 13 - sobre a baixa adesão dos profissionais disse que precisam sensibilizar os técnicos que estão envolvidos nessa área. Disse ainda que será feito reuniões nos colegiados, tanto da SubHue quanto da SubPav para sensibilizar os técnicos para notificar, pois precisam de notificações. 14 - como poderão trabalhar para que a população conheça esse serviço: primeiro é fazer a descentralização do atendimento, pois só há atendimento no Cerest 1 e 2, mas também irão incluir consultas no Cerest 3. Informou que para a população tem o canal 1746 porque todos os serviços da Vigilância Sanitária estão nesse canal. Entretanto, tem outro serviço que a Coordenação de Saúde do Trabalhador oferece que é para acidente fatal. Então sensibilizaram essa coordenação e vão aumentar o número dos scripts e que agora a população passa a ter acesso ao canal oficial da Prefeitura. A **Subsecretária Márcia Rolim** disse que essas são as intenções que têm a partir de agora e acha importante os conselheiros terem ciência de toda diretriz política do planejamento durante esses quatro anos da Vigilância Sanitária. Por isso, acha importante que a Vigilância Sanitária esteja presente conversando com os conselheiros, trazendo essas inovações e esses serviços que vão prestar a partir de agora. Quem precisar basta ligar para 2224-5257 ou ir até a rua do Lavradio nº 180. Finalizando, agradeceu. Aplausos. O **conselheiro Jaciano Santiago** retribuiu o agradecimento. Nesse momento, foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. Foram anotados nome por nome dos conselheiros que depois foram chamados por ordem de inscrição. Ao final da fala, de cada um, a **Presidenta Fátima Lopes** agradeceu pela participação. O **conselheiro Carlos Varaldo** disse que têm três assuntos para falar. Sobre o primeiro assunto, disse que não dá para entrar em contato com a Vigilância Sanitária através 1746, então pediu o favor para verificarem. A **Subsecretária Márcia Rolim**, perguntou se 1746 não atende mesmo a Vigilância Sanitária. O **conselheiro Carlos Varaldo** e a **conselheira Maria Angélica de Souza** responderam que não. Prosseguindo, sobre o segundo assunto, o conselheiro disse que gostaria de entender como a Vigilância Sanitária tem duas formas de atuar, pois um restaurante não pode ter ketchup, açúcar, manteiga, porque tudo têm que estar dentro de um saquinho fechado, mas por que o camelô pode ficar na rua vendendo pastelzinho, churrasquinho, pois tudo é vendido sem refrigeração em potes abertos. Perguntou se a lei é para todos ou não. Sobre o terceiro assunto, disse que a população de pombos em Copacabana está crescendo abundantemente, inclusive existe um problema grande de toxoplasmose em Santa Maria, Rio Grande do Sul e que acabará chegando ao Estado do Rio de Janeiro. Finalizando, perguntou o que a Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses estão fazendo sobre isso. O **conselheiro distrital Sérgio Castro** da AP. 5.2 cumprimentou a todos. Disse que é muito bom que a Saúde do Trabalhador esteja em evidência porque a AP 5.2 está fazendo um trabalho de porta em porta nas clínicas da família, nos postos e nas residências. Disse que estão observando muito e perceberam que muitas clínicas estão com trinta a quarenta por cento do seu quadro de funcionários estressados, com problemas e estão levantando sempre para a diretora da CAP 5.2 e que está desenvolvendo esse trabalho. Sobre outro assunto, disse que é ciclista nas horas vagas e passa muito na ciclovia da região e fora dela, principalmente em Campo Grande, Santa Cruz e Paciência onde encontram muitos carroceiros usando seus animais, fazendo tração animal sem ferradura. A **Presidenta Fátima Lopes** disse para o conselheiro distrital concluir já que têm só dois minutos. Prosseguindo, o conselheiro distrital disse que em muitos casos chamou a polícia, porque viu cavalo sem ferradura, com a pata sangrando, inclusive ligou para o Centro de Controle de Zoonoses Paulo Darcoso Filho, localizado no Largo do Bodegão e recebeu a resposta de que não têm viatura. Finalizando, perguntou como é feita essa fiscalização. A

**conselheira Maria Edileusa** disse que gostaria de saber como funciona esse serviço dentro da comunidade porque mora na comunidade da Rocinha que é muito grande e vê várias situações, tanto em relação aos garis comunitários que trabalham sem proteção, tanto em relação a uma epidemia enorme de ratos dentro das valas que ficam a céu aberto. Informou que nunca viu a Vigilância Sanitária fazer fiscalização ou fazendo algum trabalho dentro da comunidade e a cada dia está ficando pior porque têm epidemias demais, pois vê todo dia e a toda hora. Informou que inclusive de tuberculose, mas isso é sabido por todos por causa dos índices da saúde, porque os médicos cuidam, mas depois voltam às epidemias das mesmas doenças. Reafirmou que nada é feito na comunidade e que não vê e isso observa. Informou que as barracas não são fiscalizadas porque têm muitas e ninguém vê nada, ninguém toma providência e os ratos andam no meio do povo e entram nas geladeiras das pessoas, tanto que lhe mandaram um vídeo onde um rato entrou dentro da geladeira da casa de uma mulher. Isso é demais, não aguenta mais ver, pois quando vê falar de um trabalho bonito e maravilhoso não vê ação dentro de sua comunidade. Finalizando, agradeceu. A **Subsecretária Márcia Rolim** logo após começou a responder as perguntas. Sobre as diferenças da fiscalização das inspeções entre restaurantes e ambulantes. Disse que os ambulantes têm a TUAP, ou seja, pagam a taxa de uso de área pública da prefeitura e são fiscalizados pela Vigilância Sanitária. Informou que tem uma Lei Municipal de 1996 que obriga os ambulantes a fazer o curso da Vigilância Sanitária para manipuladores de alimentos. Informou que os ambulantes passam pela Vigilância Sanitária e tem todo o cadastro mas têm ambulantes que não são cadastrados, como foi falado. Esse é um problema desde o início da gestão do Prefeito Marcelo Crivella porque não só o controle urbano, mas também as associações de restaurantes e hotéis têm procurado os membros da Vigilância Sanitária para saber qual será o controle urbano. Disse que existem várias Secretarias como a de Ordem Pública, Saúde e Fazenda que estão trabalhando em conjunto para tentar o ordenamento, a tentativa do ordenamento urbano porque os conselheiros sabem que os membros da Vigilância Sanitária retiram os ambulantes que não são cadastrados mas eles voltam. Disse que é importante a inclusão social e para isso existe um trabalho paralelo da Vigilância Sanitária e de toda a Prefeitura para inclusão social e a formalização desses ambulantes. Ressaltou que isso é a primeira coisa, pois logo no início acha que foi em março ou abril de 2017, o prefeito estabeleceu um decreto da macrofunção de ordenamento, mas não sabe se os conselheiros acompanharam onde a Vigilância Sanitária faz parte desse ordenamento. Disse que isso é uma forma de fazerem o ordenamento urbano. Sobre os pombos, informou que têm esse serviço através 1746 mas o serviço de controle de pombos feito pela Vigilância Sanitária é orientativo porque não existe nenhuma droga ou algum processo que utilizam para evitar isso. Ressaltou que jamais utilizarão veneno já que os pombos são protegidos pelo Ibama. Por isso, não podem retirar os pombos do local, pois existe toda uma orientação. Informou que alguém falou de Copacabana porque têm várias reclamações de pessoas de Copacabana em relação ao controle dos animais sinantrópicos, os pombos. Realmente têm pessoas que alimentam os pombos e por mais que exista a orientação do Controle de Zoonoses e palestras há mais de dez anos, existem pessoas que são resistentes a isso que alimentam esses animais e aonde têm alimento têm pombos, não tem jeito. Ressaltou se os presentes forem durante o verão na praia, na areia da praia porque têm uma Lei Municipal que diz que a pessoa tem que retirar o seu lixo depois, mas as pessoas não retiram o lixo e a equipe de Controle de Zoonoses chega às cinco, seis horas da manhã e olham a quantidade de pombos que têm na areia é enorme e, não é só o problema de criptococose que o amigo falou porque existem também outras doenças como a doença do gambá. Disse que o controle desses animais sinantrópicos é feito pela Vigilância Sanitária. Sobre 1746 informou que os serviços da Vigilância Sanitária, através 1746 são tão grandes que logo que assumiu a gestão tiveram que implantar o pronto atendimento à fiscalização. Salientou que o pronto atendimento a fiscalização é um serviço oferecido durante vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta e cinco dias por ano. Isso para que todos percebam a demanda que a Vigilância Sanitária tem em responder a população carioca. Então tem toda uma infraestrutura mas é lógico que não chegar a excelência do dia para a noite, porque tem um ano e cinco meses apenas de gestão e estão trabalhando para responder isso o mais rápido possível e oferecer um serviço de qualidade. Ressaltou que concorda com a pessoa que falou, pois existe a demanda, existem os técnicos mais agora tem que ter a qualificação desse serviço. Por isso, concorda com a pessoa que falou e estão trabalhando para isso

também. Sobre os carroceiros e os maus tratos dos cavalos, disse que no ano passado retiraram da Zona Oeste quatrocentos e quarenta animais de grande porte e que tem esse registro, pois isso é mapeado pela Vigilância Sanitária. Ressaltou que às vezes não tem apenas uma denúncia sobre um cavalo, mas têm cinco, dez denúncias sobre o mesmo cavalo, então o Centro de Controle de Zoonoses da Vigilância Sanitária vai ao local, o CCZ, como já foi dito, e quando o pessoal chega lá o animal não está mais no local. Ressaltou que hoje têm registrado mil e duzentas denúncias e só retirou quatrocentos e quarenta porque tem muito mais denúncias sobre o mesmo fato. Esse é o problema mas recolhem, estão presentes e estão retirando. Informou que hoje, no Município do Rio de Janeiro não têm casos de raiva desde 1985 em humanos e desde 1994 em cães e gatos. Realmente o Município do Rio de Janeiro tem uma evidência nacional no diagnóstico e controle de zoonoses. Em relação à febre amarela, informou que tiveram mais de sessenta casos de mortes no Estado do Rio de Janeiro mas no Município do Rio de Janeiro não tiveram nenhum caso de febre amarela em humanos ou mesmo em primatas. Isso se deu porque realizaram no ano passado, seiscentas necropsias de macaco e esse ano foram feitas quinhentas e vinte e sete necropsias. Então é assim, não deixam de recolher, fazer diagnósticos e de controlar, mas depende de um avanço do laboratório, de recursos humanos e estão fazendo isso. Sobre os ratos na comunidade, informou que em relação ao problema dos ratos fazem um trabalho conjunto com a Comlurb, que é uma responsabilidade, um serviço da Comlurb. Esclareceu que dentro dos estabelecimentos comerciais quem controla é a Vigilância Sanitária; então o controle desse resíduo dentro do estabelecimento comercial é feito pela Vigilância Sanitária. A multa infraciona, interdita e se não tem gerenciamento de resíduos em clínicas e restaurantes, mas saindo do estabelecimento comercial a legislação é da Comlurb. Então têm um trabalho em conjunto já que tem que ter um controle de ratos realmente, pois a Vigilância Sanitária cobra dentro dos estabelecimentos. Por isso, qualquer resquício de vetores e pragas dentro do estabelecimento faz com que esse estabelecimento seja interditado e infracionado. Informou que é importante essa colocação também porque têm que cobrar e está cada vez mais presente. O **Secretário Executivo David Lima** perguntou a conselheira Maria Edileusa se a geladeira ficava na “birosca” ou em casa. A **conselheira Maria Edileusa** respondeu que a geladeira fica na rua. A **Presidenta Fátima Lopes** deu início ao segundo bloco de perguntas. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que a Subsecretária Márcia Rolim colocou como fazer o diagnóstico para encontrar os trabalhadores doentes porque os servidores da prefeitura se encontram na perícia médica. Portanto, o que têm de trabalhadores pela perícia médica, inclusive pela saúde mental é muito grande porque primeiro quando chega à perícia médica o atendimento para o trabalhador não é lá essas coisas, pois não é bem atendido e o trabalhador que está doente começa a se levantar. Então pelas pessoas que vem se queixar do atendimento da perícia médica, salvo o melhor juízo, tem sido muito complicado. Por isso, que fique registrada a solicitação de um trabalho mais humanizado na perícia médica. Nessa perícia médica têm muitos trabalhadores, servidores públicos licenciados que vão fazer uma fileira muito grande. Em relação ao Sisreg, disse que ao falar sobre o Sisreg, fica muito triste porque lhe dá um arrepio já que não vale nada o Sisreg, pois o povo não sabe o que é isso. Então o Conselho Municipal de Saúde tem que trabalhar para o povo porque o povo não sabe manipular o Sisreg. Pelo amor de “Deus” entendam, quando uma pessoa quer afastar o povo cria subsídios e várias nomenclaturas para que o sujeito não chegue aonde precisava chegar, pois quem conhece o Sisreg não consegue imagine quem não conhece, então que fique o seu repúdio ao Sisreg. Aplausos. Sobre os atendimentos a saúde do trabalhador, disse que a Subsecretária Márcia Rolim tem muito respeito pela Vigilância Sanitária do Município do Rio de Janeiro, pois é um serviço que tem suas dificuldades mas funciona. Disse que tirou o chapéu para a Vigilância Sanitária, em parte porque não pode fazer tudo de uma vez só porque talvez não tenha nem recursos humanos suficientes para isso e abrir concurso público é o melhor caminho. Em relação aos animais já que foi falado pelo companheiro é muito triste ouvir no Conselho Municipal de Saúde que as patinhas dos cavalinhos estão sangrando, mas isso é de uma falta de respeito aos animais e sem qualificação. Informou que se passar por um local e ver um animal, seja ele qual for o tamanho, sangrando e carregando objeto irá mandar parar e chamará a polícia porque não vai deixar que maltratem os animais. Portanto, isso é um exemplo para cada um do Conselho Municipal de Saúde porque como seres humanos temos que atender aos animais, pois eles são indefesos e o pior animal é o

ser humano porque um já sabe maltratar o outro. O **conselheiro Geraldo Batista** indagou da conselheira qual é a pergunta. A **conselheira Maria José Peixoto** disse a Subsecretária Márcia Rolim que essas informações são importantes e muito pertinentes e que não resta à menor dúvida mas onde e de que forma, não só os trabalhadores da saúde mas todos os trabalhadores do município, se os trabalhadores vão encontrar, realmente, o atendimento já que só tem duas unidades atendendo no Sisreg, o ponto um e o ponto dois. Entretanto, está na cogitação de criar o terceiro mas ainda não foi criado, pois já têm alguns dias que houve falar nesse ponto 1 e ponto 2 do atendimento Sisreg, mas será suficiente para atender a demanda dos dez milhões de trabalhadores da Cidade do Rio de Janeiro, questionou a conselheira. A **conselheira Miriam Andrade** cumprimentou a todos. Esclareceu que é importante ressaltarem que de toda essa vivência de Conselho Municipal nunca teve uma apresentação referente à saúde do trabalhador. Por isso, deu os parabéns a guerreira e conselheira Maria Angélica de Souza que é a nova coordenadora da Cist. Ressaltou que também foi coordenadora e sofreu muito por falta de participação dos trabalhadores e hoje, a conselheira Maria Angélica de Souza também sente essa dificuldade ainda. Parabenizou, novamente, a coordenadora da Cist por essa iniciativa. Pedindo um encaminhamento, disse que falaram que iriam fazer a informação da doutora Márcia da Subpav e não sabe como vai ser. Informou que é necessária uma sugestão, então que essas informações, sobre o pólo de saúde do trabalhador, para aonde o trabalhador vai se dirigir fosse informado dentro das unidades, pelo centro de estudos mesmo com panfletos e dizendo olha o panfleto é para se tiver algum acidente. Isso tem que ser feito para informar ao trabalhador qual é o local que deve ir porque hoje o trabalhador não tem essa informação. Prosseguindo, informou que o trabalhador fica doente e vai para a perícia médica e lá é tratado como a conselheira Maria José Peixoto falou, como tendo uma doença comum que dá em qualquer outra pessoa. Disse que o profissional que está atendendo na unidade não atende como teria que atender, pois não visualiza o acidente ou a doença do trabalho como deveria ver porque deveria ver o trabalhador como um todo. Então o cabeamento da conselheira Maria José Peixoto de estar em um local fazendo um trabalho na perícia médica com relação ao trabalhador é muito importante, pois os profissionais têm que ter um olhar diferente sobre isso. Disse não acreditar no 1746 porque está desacreditado. Que têm um índice, inclusive até a saúde do trabalhador poderia levantar isso em um futuro próximo sobre o alto índice de suicídios que acometem os trabalhadores, cada um, em sua vida diária. Isso tudo por causa do trabalho que executam porque os profissionais estão com sobrecarga de trabalho, não tem recursos humanos porque na sua gestão como coordenadora pediram a gestão passada que abrissem concurso público para a Vigilância Sanitária, mas a voz foi aquela que clama no deserto, como está sendo hoje e espera que isso mude. Disse achar que tem de começar a agir, inclusive já começou a agir com ações da saúde do trabalhador o que é ótimo, mas que isso tem que ser para ontem porque os trabalhadores estão morrendo, estão com sobrecarga e que têm dois técnicos de enfermagem para atender trinta pacientes. Informou que têm companheiros seus lá e não podem mais atender o usuário por estar respondendo processo na justiça com uma argolinha porque o paciente caiu. Perguntou se era culpa dele, respondendo a si mesmo dizendo que não é culpa dele e sim do Sistema, porque têm que fazer a parte que lhes cabem em todos os sentidos e que hoje os profissionais estão pedindo socorro porque estão se matando, estão doentes e não têm o pólo para se referendar porque lhes é dito: ah, é lá não sei aonde. Então têm que colocar um pólo em cada unidade ou em uma unidade por AP e que seja informado isso para o profissional aonde ele vai. Parabenizou a Cist por essa entrada da saúde do trabalhador e estamos juntos. O **conselheiro Alexandre Telles** cumprimentou a todos. Ressaltou a importância das ações de vigilâncias porque sem vigilância não conseguem planejar adequadamente as ações de saúde e que têm as informações, justamente para que as ações fiquem mais efetivas e vão fazer diferença, de fato, na vida das pessoas e para os profissionais também se anteciparem aos problemas. Novamente ressaltou a importância do trabalho da Vigilância Sanitária. Em relação, especificamente, à saúde do trabalhador todos vivem um momento de perdas e direitos de precarização dos vínculos trabalhistas e conseqüentemente no futuro, a médio e longo prazo vão ter mais trabalhadores adoecidos. Esclareceu que gostaria de ressaltar e perguntar aos presentes porque existem diretrizes do Ministério da Saúde de integração das ações de saúde do trabalhador juntamente com a Atenção Primária, inclusive existe manual sobre isso. Disse querer saber quais as ações que a Subsecretaria de Vigilância Sanitária têm feito em conjunto com a SUBPAV, justamente



para estar abarcando o conjunto maior dos trabalhadores já que a Atenção Primária está na ponta e consegue ter uma capilaridade maior entre os serviços. Ressaltou também que é importante terem essa inserção no Sisreg com relação à saúde do trabalhador, pois o Sisreg democratiza o acesso, tem uma questão de equidade de tirar as velhas siglas dos conhecidos que tinham prioridades no acesso. Aplausos. Informou querer saber uma coisa que não tem relação com a saúde do trabalhador porque a Vigilância Sanitária é uma parte da SMS e que gera receita através das multas, ou seja, quer saber como é feito e para onde vai à destinação dessas multas porque quer esclarecer melhor isso no Conselho Municipal de Saúde para saber, realmente, onde está indo o dinheiro que é arrecadado nesse sentido. Finalizando, agradeceu. O **senhor Rodrigo** respondendo a primeira pergunta referente à capacidade instalada, disse que hoje à capacidade instalada deles está até ociosa na verdade. Por isso, estão fazendo esse trabalho todo para, justamente, se captar mais pessoas para fazer tratamentos, fazer as consultas porque sabem que essa demanda existe, porém essa demanda não está chegando até eles. Sobre a pergunta se pode sair mais um pólo para a unidade, respondeu que pode sair quando tiverem a noção da demanda poderão chegar e falar com o secretário de saúde sobre essa demanda e que precisam ampliar. Entretanto, nesse momento, não têm essa noção e não têm como pedir essa ampliação. **Membro do Colegiado que não se identificou** perguntou e aí. Respondendo, o **senhor Rodrigo** disse que têm de criar demanda e, por isso, a inserção no Sisreg é importante como foi falado. **Membro do Colegiado que não se identificou** disse que eles têm que procurar e fazer aliança com os sindicatos para conseguirem isso, pois tudo que precisam só conseguirão através dos sindicatos onde são feitos os Cat's (Comunicação de Acidente de Trabalho). O **senhor Rodrigo** disse para entenderam que esse paciente tem que chegar para eles porque é um paciente que tem de ser tratado e encaminhado pela Atenção Primária também. **Membro do Colegiado que não se identificou** disse que o senhor Rodrigo não sabe como chegar a esse trabalhador/paciente. Nesse momento, ocorreu "burburinho" no auditório. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu o favor para o conselheiro não interromper mais o senhor Rodrigo. O **senhor Rodrigo**, continuando, disse que por isso vão sensibilizar tanto a Subpav como a SubHue que é a Rede capitalizada que estarão encaminhando esses pacientes para eles. Então entendam que o trabalhador doente não tem que ir só à saúde do trabalhador, pois só pode ser encaminhado para a saúde do trabalhador depois de ser trabalhado na Atenção Primária. Ressaltou que a médica Patrícia Albuquerque irá falar mais sobre isso, mas essa é a idéia. Sobre a sugestão da conselheira Miriam Andrade de irem às unidades, disse que é perfeita e já pensaram nisso, inclusive têm dois profissionais destacados que são da parte de educação porque a idéia é de se reunirem com os coordenadores e diretores das unidades, mas tem que capitalizar essa informação nas unidades. Prosseguindo, repetiu que terá dois profissionais para fazerem isso porque já pensaram nisso. Sobre a questão do 1746, informou que está desacreditado e que para eles o 1746 é um grande avanço de demandas na parte de fiscalização, pois é muita demanda que respondem através do 1746. Então não tem como fazer essa avaliação. Sobre a questão do trabalho e sobre o suicídio, disse que vale a pena ir para essa coordenação fazer esse trabalho que é interessante. Ressaltou que irá falar, um pouco, da parte orçamentária que o colega pediu. Segue-se apresentação do slide falando sobre o orçamento da SubVisa, em que foi informado que tem algo em torno de sessenta e seis milhões. Disse que têm duas fontes nessa multa: A primeira é taxa de inspeção onde está previsto nesse ano arrecadar vinte e cinco milhões. A segunda é a multa que está algo em torno de cinco milhões. Ressaltou que quase a metade do orçamento é arrecadação pela própria SubVisa porque o restante tem um valor de quatro milhões da fonte 182 que vem do SUS. Enquanto que da Saúde do Trabalhador vem setecentos e vinte mil por ano, que é para assumir dois Cerest's, mas na verdade têm três Cerest's, mas apenas dois estão habilitados já que o terceiro foi inaugurado há pouco tempo mais que ainda não foi periciado pelo Ministério da Saúde. Portanto, só tem recursos para dois Cerest's. Ressaltou ainda que o resto do orçamento vem da fonte 100 da Prefeitura que paga a SubVisa. **Outro membro do Colegiado que não se identificou** disse que é integralmente e, é aplicado na própria SubVisa. O **senhor Rodrigo** respondeu que não porque a taxa e multa são cem por cento aplicados para a SubVisa porque são duas fontes 120 e 195 retorno garantido para SubVisa. Finalizando disse achar que é só isso, pois a médica Patrícia Albuquerque poderá melhor complementar algumas coisas. A **Presidenta Fátima Lopes** perguntou se ela vai perguntar ou responder. A **médica Patrícia**

**Albuquerque** disse que irá responder complementando o que o senhor Rodrigo e o senhor Alexandre já iniciaram. Ressaltou que não tem dúvida que a Atenção Primária pela capilaridade é a referência que podem fortalecer porque tem protocolo do Ministério da Saúde, da Saúde do Trabalhador na Atenção Primária. E, é um protocolo muito bem construído, mas terá que ser validado pelos trabalhadores porque esse fluxo entre perícia e Atenção Primária para o planejamento será fundamental. Disse quando o senhor Rodrigo fala da demanda é porque, de fato, não é uma questão só de quantidade e sim do perfil da demanda e falaram sobre suicídio, porém tem outros adoecimentos, comorbidade. Informou que precisam saber primeiro da quantidade dessa demanda, do perfil dessa demanda até para que nesse planejamento possam preparar porque se é fato que a Atenção Primária é o melhor lugar pela capilaridade é fato também que não é uma questão que possam tratar como da ordem de qualquer outra questão, pois existe uma especificidade e que terão de estudar porque primeiro só para fazer as marcações, o protocolo do Ministério da Saúde, da Saúde do Trabalhador na Atenção Primária, pois é fato que a Atenção Primária é uma referência clara, importante, mas é preciso, agora, estabelecerem uma relação mais estreita com a perícia para fazer esse estudo de demanda e que seja quanti e quali de um estudo que lhes dê noções de quantidade, mas também noção do perfil de adoecimento dessa população. Informou aos conselheiros Maria Angélica de Souza, Miriam Andrade, Marinaldo Silva e Sheila Marino que na Mesa Municipal de Negociação identificaram o problema e deixaram claro que o papel da Vigilância Sanitária está sendo cumprido muito bem, mas que é necessário pensar em relação à cultura de direitos porque saúde do trabalhador não é só a saúde isoladamente do trabalhador, pois envolve cultura de direitos e outras questões. Por isso, formaram junto a Casa Civil uma comissão de trabalho em saúde do trabalhador, pois foi um produto da Mesa de Negociação que é para pensar o seguinte: na estrutura da Prefeitura, da Pcrj tem que ter de fato uma coordenação que cuide da saúde do trabalhador servidor. Disse que tem que envolver medicina do trabalho, Vigilância Sanitária, enfim essa será a luta de todos e acha que já deram um passo importante. Finalizando, disse que era só para complementar e dizer da importância de investirem nessa relação com a Atenção Primária. O **conselheiro Geraldo Batista** parabenizou a doutora Patrícia Albuquerque pelo fato de ter acatado a sugestão na visita que fizeram contra a vacinação dos animais, pois pediram, solicitaram naquela visita que fosse descentralizado. Então todos viram o sucesso que foi a vacinação dos animais em Santa Cruz, Sepetiba e Paciência. Por isso, agradeceu porque pela primeira vez o controle social foi ouvido e teve resposta, tanto que mostraram que, quem está na ponta conhece sua região, pois Santa Cruz e Sepetiba voltaram ao que eram antes. Quanto à questão da estrutura, disse que o laboratório que trabalha a questão da chikungunya e das arboviroses da área da AP 5.3, divisão 10, está até hoje destelhado. Portanto, estão trabalhando em local improvisado que foi cedido pelo CDS da AP 5.3 porque trata-se de uma salinha onde preparam uma armadilha, onde se faz um mapeamento, onde se faz tudo e até hoje não se fala em reestruturar. Perguntou aonde entra a Vigilância Sanitária, aonde entra a Vigilância em Saúde sobre essa questão de reestruturar, porque os equipamentos que têm no laboratório são antigos. Sobre a estrutura, perguntou se há previsão de recolocar o pessoal do laboratório, porque realmente eles trabalham. Sobre a questão de recursos humanos disse que têm um problema muito difícil porque sabem da questão de lotação e que os servidores estão se aposentando e indo embora doentes como sempre, porque o servidor público da área de Santa Cruz e Sepetiba quando sai. Pausando a fala, disse que o Pst é uma ilusão já que a saúde do trabalhador não existe na AP 5.3; Cerest muito menos. Sobre isso, disse que ouviu de um amigo seu que teria que solicitar, mas não sabe por que tem que solicitar um Cerest se mora numa região aonde têm vários servidores públicos. Reafirmou que é uma ilusão dizer que na AP 5.3 existe saúde do trabalhador porque nunca existiu, nem na questão de apoiar e acolher os funcionários que estão para se aposentar e são colocados para fazerem serviços burocráticos e que na hora de se aposentarem é tchau e benção. Sobre isso, novamente, disse querer saber sobre a questão dos recursos humanos. Sobre outra pergunta, disse estranhar muito a questão da companhia de limpeza urbana, a Comlurb, pois há uma coisa incrível na área que é a existência da famigerada puxada. Informou que na maioria das ruas os garis entram dentro das comunidades pegam os sacos de lixo e juntam todos no meio da rua, geralmente em uma encruzilhada e o caminhão vem e apanha os sacos de lixo. Entretanto, quando acabam de fazer a puxada, ou seja, de colocarem os sacos de lixo no meio da rua fica o chorume e a Comlurb não volta para lavar. Então por que se fala em saúde do trabalhador

se o trabalhador da AP 5.3 não tem uma estrutura. Disse saber que eles se fiscalizam e perguntou se existe um controle dentro da Secretaria, dentro da Vigilância em Saúde e da Vigilância Sanitária para fazer essa fiscalização porque a Comlurb trabalha de maneira errada na AP 5.3 e a própria prefeitura dá um mau exemplo quando faz essa puxada. Portanto, o pessoal fiscaliza a si próprio e fiscalizam também os próprios Órgãos da prefeitura. Disse que a fiscalização de barracas de cachorro quente é uma ilusão, pois sabe que não vão ter estrutura e recursos humanos. Por isso, não vale nem a pena dizer sobre os famosos podrões que vivem na área da AP 5.3. Finalizando, disse que eram essas três questões que queria perguntar, em seguida despediu-se agradecendo. A **senhora Luiza Dantas** informou que é conselheira da Cist Estadual, mas também é representante da Central Única dos Trabalhadores, a Cut. Ressaltou que está presente mais uma vez, mas já esteve na audiência pública na Câmara para participar da discussão da saúde do trabalhador que muito a interessa, pois milita nessa área há muitos anos. Ressaltou que sua preocupação é o seguinte, a saúde do trabalhador está dentro da Vigilância Sanitária e, é coordenada pela doutora Márcia Rolim. Portanto, se surpreende que os membros da Vigilância Sanitária não tenham dados que não saibam, não tenham conhecimento do que adocece, do que morre o trabalhador no Rio de Janeiro porque se os membros da Vigilância Sanitária não sabem quem sabe, questionou. Atenção para saberem do que adocece e morre os trabalhadores é preciso ouvir os sindicatos, precisa fazer vigilância nos locais de trabalho e precisa fazer notificação compulsória, pois a notificação compulsória precisa de capacitação. Entretanto, se não tiver um trabalhador na ponta, da assistência capacitado para notificar não vão ter dados nenhum, mas isso teria que está sendo feito há muitos anos porque é aqui no Rio de Janeiro, uma Cidade importante do Brasil. Portanto, todos os dias morrem e adoecem trabalhadores, todos estão suscetíveis mas é alarmante o que está sendo dito no Conselho Municipal de Saúde, pois o Rio de Janeiro não sabe do que morre e do que adocece os trabalhadores já que todos os dias morrem e adoecem, pois não é possível alguém trabalhe para morrer e para adoecer. Então precisam de uma ação mais corrida para me colocar à disposição, porque se surpreende que a Vigilância em Saúde do Trabalhador não seja uma constante dentro da Vigilância Sanitária e que têm gente capacitada; os sindicatos têm que ser cobrados e têm que se fazer presentes no Conselho Municipal de Saúde. Por isso, se colocou a disposição. Ressaltou que se surpreendeu com uma mensagem que recebeu e que sua pergunta é basicamente essa: “vê se você reconhece isso aí”. Em seguida fez a leitura: “todos os servidores e terceirizados estão convocados para a audiência pública para a discussão do novo Código Sanitário na plenária da Câmara dos Vereadores às oito horas sem atraso. Precisamos da presença maciça de vocês, rumo à nova Visa e precisamos lotar para que os sindicatos não tenham voz. Não há necessidade de coletes”. Após a leitura os presentes começaram a perguntar entre si o que é isso. A **senhora Luiza Dantas**, questionando, perguntou: a senhora reconhece o que acabou de ler. Esclareceu que na última audiência pública tinha bastante gente da Vigilância Sanitária de coletes, nada que impeça, pois tinha muitos trabalhadores. Disse que não está lançada uma guerra entre saúde do trabalhador e Vigilância Sanitária de jeito nenhum não é gente, perguntando. Todos os conselheiros concordaram. Novamente se dirigindo a alguém da Vigilância Sanitária disse: “isso aqui, eu achava que a senhora teria uma explicação, mas nem é bom reconsiderar, é só para a gente ficar indignado e o seguinte, que amanhã todos estejam lá para defender a saúde dos trabalhadores”. Aplausos. A **Subsecretária Márcia Rolim** disse que a primeira pergunta é sobre o laboratório da Vigilância em Saúde, como disse o amigo, mas não responde pela Vigilância em Saúde que fica na Subpav que é a Subsecretaria de Atenção Primária e Vigilância em Saúde. Ressaltou que o laboratório do qual está falando é o laboratório de saúde pública da Vigilância Sanitária que faz o controle de produtos e diagnósticos de doenças de zoonoses. Portanto, não tem, realmente, controle sobre esse laboratório. Sobre o gerenciamento do lixo da Comlurb, disse que nunca teve uma denúncia em relação aos trabalhadores da Comlurb quanto ao uso de EPI (equipamento de proteção individual) ou EPC (equipamento de proteção coletiva), pois não têm esse tipo de denúncia já que não tem canal, ainda, script 1746 porque o único script que tem disponível é sobre acidente fatal. Disse que a partir do mês que vem terão script e os funcionários da Comlurb, também, podem fazer essa denúncia como qualquer outro trabalhador. Em relação à vacinação, disse que aumentaram, na atual gestão, em quatrocentos por cento o número de animais vacinados na Cidade do Rio de Janeiro. No ano de 2016, na antiga gestão, foram vacinados setenta e cinco mil animais. E no ano de

2017, na atual gestão, vacinaram quatrocentos e sessenta e oito mil animais. Portanto, na área que foi falada, Santa Cruz e Sepetiba, chegaram a noventa e seis por cento da população de animais vacinados. Falando para a senhora Luiza Dantas, disse que em relação a essa mensagem, realmente, não reconhece, mas em relação ao colete existe uma resolução do Secretário Municipal de Saúde de novembro de 2017 que é a Resolução da legitimidade do fiscal. Informou que essa Resolução foi assinada no Palácio junto com o Prefeito Marcelo Crivella. Essa Resolução, a legitimidade, configura também o uniforme dos servidores da Vigilância Sanitária porque eles têm que ser reconhecidos para poderem entrar no comércio e isso é uma questão de segurança. Então todo o trabalhador da Vigilância Sanitária trabalha com crachá QR Code, porque as fotos de todos os fiscais estão no site da Vigilância Sanitária onde cada um aparece com seu colete. Ressaltou que em noventa e cinco por cento das vezes, os conselheiros, irão vê-la com colete, porque entra no prédio do CASS com colete, porque trabalham com colete já que é a forma de reconhecer o servidor da Vigilância Sanitária. Informou que é um reconhecimento porque todos trabalham com colete e com crachá QR Code. Recapitulando e acrescentando, ressaltou que é importante os conselheiros conhecerem a Resolução 3455 que foi assinada em novembro de 2017 pelo Secretário Municipal de Saúde, doutor Marco Antonio de Mattos. Em relação a essa mensagem, realmente, não é o tipo de mensagem que ela costuma passar sobre a incidência e a prevalência dos acidentes. A **senhora Elaine**, educadamente pediu para falar porque tem uma informação sobre isso pelo SINAM. A **Subsecretária Márcia Rolim** consentiu e, em seguida, esclarecendo que a senhora Elaine está presente representando a Saúde do Trabalhador em incidência e prevalência das doenças dos trabalhadores. A **senhora Elaine** disse que a senhora Luiza Dantas está coberta de razão no que diz respeito à questão da notificação porque o que ficam sabendo de dados é o que é notificado pelas bases de dados que têm como DBF entre outras bases, têm acesso às informações do que é, do que entra como notificação. Entretanto, agora já fizeram vários trabalhos de ir à ponta falar com as pessoas, só que mudam porque as pessoas são transferidas e outras não. Então quem está na triagem, no corre corre, inclusive a senhora Luiza Dantas sabe o que é atenção das urgências e emergências da vida, às vezes o pessoal chega com uma fratura ou com alguma coisa e, é feito o atendimento, mas quem estava na triagem não perguntou se o paciente estava em horário de trabalho ou se tinha relação com trabalho. Ressaltou, que às vezes, quem vai descobrir é o pessoal que faz o controle de dados epidemiológicos, da epidemiologia, do serviço porque muitas vezes é a assistente social que vai a uma unidade para buscar as fichas mas poucos hospitais carimbam na ficha que é acidente de trabalho, mas o Hospital Salgado Filho (HMSF) faz esse trabalho, inclusive estiveram com o pessoal do HMSF porque têm uma parceria estreita, só que ainda assim, mesmo eles tendo uma equipe que carimba na ficha, dizendo que é acidente de trabalho e outra que vai buscar esses dados e lançá-los no SINAM. Informou que alguns notificam, mas a grande maioria dos hospitais pega o acidentando tratam, encaminham, opera e mandam para o CTI, depois enterra e não ficam sabendo que aquilo foi um acidente de trabalho por falta de notificação, mas o que entra de dados eles têm acesso sim e têm trabalhado encima disso. O outro trabalho de levantamento de dados é o trabalho com os sindicatos, mas não sabe se tem algum representante presente do Asseio e Conservação porque fizeram uma solicitação para que eles levantassem as CAT's (Comunicação de Acidentes de Trabalho) de um determinado período. Então eles mandaram e fez um levantamento de quais são os maiores índices de acidentes que ocorre entre os trabalhadores e em que condições; qual é a CBO que é a Classificação Brasileira de Ocupação; se aquilo que aconteceu com o trabalhador tem relação com o que ele faz e se esses dados têm como levantar e que estão fazendo um trabalho encima disso. Informou que hoje esteve com o senhor Alessandro, que inclusive está presente e falou para ele que vão fazer isso, ou seja, farão um trabalho, um levantamento talvez anual do ano passado para a gente porque a doutora Márcia e o pessoal da Vigilância Sanitária têm um caráter primário educativo. Então têm trabalhado muito numa ação educativa, pois o objetivo maior é fazer educação para prevenção de acidentes e entender como acontece esses acidentes. Ressaltou para a **senhora Luiza Dantas** que têm esses dados sim, em seguida agradeceu. Aplausos. A **Presidenta Fátima Lopes** agradeceu a doutora e Subsecretária Márcia Rolim. A **conselheira e coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (Cist), Maria Angélica de Souza** cumprimentou os presentes e após uma breve introdução deu início a palestra com slides e comentários. Após informou que a Subsecretária Márcia Rolim apoiou desde o início as

ações de saúde do trabalhador, a Cist e que não poderia deixar de registrar essa parceria. Ressaltou que falará em nome dos membros da Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador. Esclareceu que a Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador está estabelecida no artigo doze da Lei Orgânica 8080, inclusive seu propósito é o assessoramento ao Conselho Municipal de Saúde na temática saúde do trabalhador e da trabalhadora. Então a Cist é um braço do Conselho Municipal de Saúde e representante do Controle Social porque enquanto representantes da Cist falam em nome do Controle Social. A Cist é um dos requisitos para o funcionamento da Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador, a Renast e os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador que são os Cerest's. Informou que o Município do Rio de Janeiro tem três Cerest's, inclusive o um e o dois já existiam. Entretanto, o terceiro surgiu através da participação da comunidade e do Controle Social da AP 5.1 que foi o último a ser inaugurado. Mesmo que o Cerest três ainda não tenha sido credenciado pelo SUS, ainda assim exerce o seu papel, mas não recebe os recursos, mas os recursos utilizados são subsidiados pela Subsecretaria. O Cerest três funciona igual aos outros, apenas não têm recursos, mas através das ações com certeza vão habilitar no futuro o Cerest três. A intenção, que é uma das propostas da Cist feita com a SubVisa é para que tenham cinco Cerest's no Município do Rio de Janeiro para ficar proporcional. Com isso às dez áreas, cinco Cerest's até em termos de locomoção dos trabalhadores que laboram nos Cerest's fica mais fácil dividir o Município do Rio de Janeiro em cinco Cerest's, dois para cada área. Prosseguindo, agradeceu o apoio que o Conselho Municipal de Saúde vem dando aos membros da Cist com o funcionamento e com a infraestrutura para desenvolver as ações no funcionamento das agendas de todas as atividades agendadas e pré-agendadas, pois sem esse suporte não conseguiriam realizar. Ressaltou que sabem das dificuldades de cada conselheiro porque não tem auxílio-alimentação embora já tenha auxílio-transporte, mas todos os membros da Cist doam seu tempo independente de ter condições ou não, inclusive às vezes ficam o dia inteiro em uma atividade. Entretanto, não deixam de fazer a parte que lhes cabe mesmo com a falta de recursos porque sabem que tem mais de dois anos. Disse achar que nesse governo não receberam auxílio-alimentação. Então é uma situação complicada e não podem deixar de estar sinalizando isso enquanto Controle Social. Explicou que a finalidade e o compromisso dos membros da Cist é articular políticas, porque é isso que têm que fazer, e programas de interesse a Saúde do Trabalhador. Explicou que são Controle Social e não técnicos. Por isso, têm que ter transversalidade, trazer outros conhecedores, buscar conhecimento, participar de grupo porque ninguém aprende sozinho. Informou que trazem ao Conselho Municipal de Saúde o que conseguiram adquirir de conhecimento nos espaços que ocupam, pois esse é o papel que lhes cabe. Quando os membros da Cist iniciaram suas ações se apropriaram na questão da saúde do trabalhador e que esse é o compromisso. Isso se deu quando desenvolveram com a participação e o apoio do Conselho Municipal de Saúde, o primeiro seminário da Cist que foi realizado no auditório do Sindicato dos Comerciantes. Lá estiveram presentes mais de noventa e cinco participantes, inclusive de outros municípios. Informou ainda que tiveram como parceiros e colaboradores, além do Sindicato dos Comerciantes, os membros da Cist; a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde na pessoa do Secretário Executivo David Lima que resolveu as pendências; a SubVisa na pessoa do senhor Rodrigo que ajudou na captação de recursos para o seminário porque sabem que a Saúde do Trabalhador está inserida na Vigilância Sanitária, pois acreditam e apostam nessa responsabilidade, nessa competência da Vigilância Sanitária. Sobre o objetivo do seminário, informou que era para terem respostas e daí tirar as ações do que iriam fazer, por exemplo: o que o trabalhador está precisando, o que se discutia, porque os membros da Cist tinham suas opiniões pessoais, mas queriam trazer ao Conselho Municipal de Saúde as avaliações que atendessem a grande maioria dos trabalhadores. Para isso elaboraram um plano de ação para 2018 e 2019, inclusive foi aprovado porque fizeram apresentação do mesmo no Conselho Municipal de Saúde e que na época discutiram sobre esse Plano que foi publicado. Sobre o Plano na íntegra, disse que começaram as ações, mas o que levou as realizações foi um planejamento que tinham, inicialmente, de ter mais realizações. Por isso, começaram a divulgar a Cist nos Conselhos Distritais contando sempre com as parcerias das coordenações de áreas. Sobre como é feita a divulgação, explicou que usam várias ferramentas, como palestras no Conselho Municipal de Saúde; os meios de comunicações que são as redes sociais, internet de uma forma geral porque são os recursos que têm hoje e que todos sabem que usar carro é difícil, locomoção é difícil.

Então usam essas ferramentas que têm atualmente. Recapitulando, disse que através da divulgação na Cist estão conseguindo as parcerias com as áreas e com os Conselhos Distritais que sempre disponibilizam espaço, inclusive alguns estão com algumas capacitações. Sobre os representantes dos trabalhadores que participam das reuniões, disse que dentro da Comissão Executiva da Cist quem participa são os conselheiros: Sheila Marino, Ludugério Antonio da Silva, Wilson Nilson Rocha, Delaír Caetano e Maria Angélica de Souza. Esses conselheiros doam seu tempo, dividem as ações entre si em nome da Saúde do Trabalhador. Sobre como foram essas ações, especificou que conseguiram a divulgação que está em andamento e que vão avaliando o que não está dando certo para pod

er mudar a estratégia e com isso estão conseguindo ampliar, tanto o âmbito da divulgação porque a Cist começou com seis membros e hoje têm em torno de vinte e seis. Ressaltou que a Cist é representada por todos os segmentos, independente se é ou não conselheiro porque está aberta a qualquer representação de qualquer entidade que queira se comprometer com a saúde do trabalhador porque a saúde do trabalhador engloba todo o trabalhador que desenvolve alguma atividade, seja esse trabalhador formal ou informal porque todos são trabalhadores. Esclareceu que tiveram exemplos de trabalhadores informais e esse trabalhador informal utiliza um material que não garante a higiene porque ele não sabe como armazenar ou higienizar por não ter qualificação. Entretanto, esse trabalhador informal é usuário do SUS que também quer ser olhado pela Cist porque também irá adoecer por causa da atividade que exerce. Ressaltou que esse é o entendimento e o comprometimento dos membros da Cist. Sobre o projeto Rio +10, disse que foi um projeto aprovado porque enquanto Cist divulgaram, abriram espaço para todos que queriam se inscrever sem limitar o número de inscrições. Por isso, contam com trinta inscritos no curso de capacitação Rio + 10. Informou que a capacitação será certificada pela Vigilância Sanitária em Saúde do Trabalhador e que segue todas as normas, as nomenclaturas para o trabalhador entender o começo do que é a saúde do trabalhador, ou seja, o que o trabalhador poderá saber para buscar os seus direitos já que vai defender os seus direitos se não conhecer o que é certo e o que é errado em relação à saúde do trabalhador sobre o que está sendo realizado ou não. Informou que a primeira turma já está em andamento e vai terminar o curso em julho, depois em parceria com a Vigilância em Saúde do Trabalhador estarão desenvolvendo outros cursos. Lembrando que o Rio +10 está acontecendo em algumas CAP's como, acha a CAP 4.0 que é para os profissionais de saúde e isso para que o trabalhador conheça suas ações. Mapeamento das atividades por Área Programática visando buscar representação dos trabalhadores nos conselhos distritais porque descentralizando conseguem ajudar as representações dos trabalhadores, sindicatos para saberem o que está acontecendo nas AP's e quais são as áreas produtivas de cada AP. Com isso, podem intervir e cobrar da Coordenação de Saúde do Trabalhador e dos Cerest's, ações para que o trabalhador tenha seus direitos à saúde garantida. Articular com a Subsecretária da Vigilância Sanitária para reduzir as subnotificações dos agravos com as ações da saúde do trabalhador na transversalidade (SubHue, SubPav e Vigilância em Saúde). Informou que a subsecretária da Vigilância Sanitária apresentou uma proposta para que o trabalhador usuário seja atendido em suas áreas porque a Vigilância Sanitária abriga esse espaço dentro do Cerest para atender o trabalhador. Entretanto, o que defendem é que a Vigilância Sanitária faça a fiscalização nos ambientes de trabalho, que o trabalhador tenha seus direitos garantidos porque é a única Subsecretaria que tem a preocupação com a saúde do trabalhador. Ressaltou que essa discussão, todos sabem disso, não pode ser trazida apenas pela SubVisa porque a SubPav tem que assumir a responsabilidade das linhas de cuidados por ser essa uma de suas responsabilidades e não da SubVisa. Esclareceu quando se fala de subnotificação, o trabalhador chega à Atenção Básica e/ou na Atenção Hospitalar e não é feito seu registro. Esse trabalhador, muitas vezes, chega à determinada unidade trajando seu uniforme de trabalho, mas não é atendido como trabalhador. Portanto, enquanto controle social tem que cobrar a responsabilidade da SubPav e da SubHue porque ainda não conseguiram se reunir para discutir ações, elaborar propostas que atendam o trabalhador porque não é competência da SubVisa fazer esse favor porque está se apropriando da competência de outras subsecretarias. A **Subsecretária Márcia Rolim** respondendo disse que quando se fala desse atendimento feito pela saúde do trabalhador, não é atendimento ao trabalhador enquanto atendimento global como é previsto porque o que fazem é a relação do nexos causal porque não fazem

atendimento/consulta e sim atendimento para verificar se o que tem o trabalhador tem relação com seu trabalho. Então esse nexos de casualidade que fazem é importante e que isso fique claro porque, entenda, a parceria com a SubPav e a SubHue é que acontece a atenção integral. Finalizando, agradeceu. A **coordenadora da Cist e conselheira Maria Angélica de Souza**, prosseguindo, disse que basicamente o que vem construindo o trabalho da Cist porque estão se apropriando em estar apresentando o que é importante enquanto saúde do trabalhador. Hoje, se fala em perdas dos direitos a saúde do trabalhador, pois nesse espaço é que têm que defender o trabalhador já que as políticas são construídas no Conselho Municipal de Saúde. Por isso, estão indo às reuniões dos fóruns intersindicais; nas reuniões das Cist's estaduais; nas reuniões dos grupos de VT intermunicipal além de outros tipos de reuniões porque só com a participação efetiva e conhecimento é que vão conseguir avançar com trocas de experiências. Informou que, hoje, a Cist está na Mesa de negociação, pois a médica Patrícia Albuquerque fez uma referência que foi uma construção, uma proposta da Cist de levar e trazer a sensibilidade à saúde ocupacional dos servidores, pois esse assunto não era discutido. Por isso, a Cist tem que ser abraçada por todos independente de gestor, profissional e usuário porque essa coordenação está garantindo o direito à saúde a todos. Em relação à fiscalização da saúde do trabalhador em Vigilância Sanitária, disse que vem fazendo parceria, além dos representantes dos trabalhadores porque parecia que o trabalhador não podia participar da Cist, mas sem representação dos trabalhadores não existe. Então a Cist tem que ter a participação efetiva dos trabalhadores como já acontece. Com essa mobilização conseguiram incluir no Plano Municipal de Saúde, a Saúde do Trabalhador. Por isso, não tem como a SMS deixar de pautar ações referentes à saúde do trabalhador e saúde ocupacional. Com isso, observaram que no novo Código Sanitário que a Vigilância Sanitária apresentou para ser aprovado como a saúde do trabalhador está inserida dentro da Vigilância Sanitária, que é uma questão que não podem abrir mão porque é a fiscalização, porque se houver qualquer tipo de abuso ou ilegalidade em relação à saúde do trabalhador, tem que ter o poder de fiscalizar e não apenas notificar. Se não houver uma fiscalização o trabalhador não terá os seus direitos garantidos referentes ao ambiente do trabalho, as doenças etc. Entretanto, existem ações na fiscalização de divergência de ordem jurídica e constitucional desse PL. Informou que enquanto Cist, com a modernização do Controle Social, estão fazendo um movimento em defesa do trabalhador do Município do Rio de Janeiro porque têm que defender a política de saúde pública de interesse da população. Explicou que esse movimento surgiu quando através do grupo do fórum intersindical, fizeram uma carta de repúdio que foi encaminhada aos vereadores por causa da forma que a saúde do trabalhador está inserida dentro do novo Código Sanitário, pois não está claro. Portanto, enquanto Controle Social precisam ter essa clareza de que a saúde do trabalhador vai ter as suas garantias na Vigilância Sanitária e que todos os representantes dos trabalhadores estudem essa questão que é crucial para todos enquanto trabalhadores. Ressaltou que estão conseguindo avançar nessa agenda porque o Conselho Municipal de Saúde através da Cist é o Controle Social do Município do Rio de Janeiro e estão avançando. Apesar de não ter sido discutido no Conselho Municipal de Saúde levaram o caso para a Câmara de Vereadores, pois os vereadores foram eleitos e tem que defender o eleitor porque a maioria dos trabalhadores são eleitores. Informou que no dia quinze de maio tiveram a realização do Primeiro Simpósio de Saúde do Trabalhador do Município do Rio de Janeiro realizado na Câmara de Vereadores. No dia dezesseis de maio foi criada com assinatura de quarenta e quatro vereadores, uma Frente Parlamentar porque saúde do trabalhador não tem partido. No dia vinte e cinco de maio tiveram uma audiência pública com a saúde do trabalhador no âmbito do novo Código Sanitário, realizada pela Comissão Permanente de Trabalho e Emprego. No dia seis de junho foi feita a primeira reunião da Frente Parlamentar, inclusive com a participação de representantes dos trabalhadores e do Controle Social. Disse que a atuação da área de saúde do trabalhador ultrapassa os limites do SUS e deve ser realizada, necessariamente, em conjunto com outras áreas do poder público, pois é isso que estão buscando com a cooperação da sociedade e dos trabalhadores organizados porque é assim que vão avançar. Portanto, cada proposta feita no Conselho Municipal de Saúde e que é melhor para o usuário e o trabalhador, tem que ser discutida para ser construída com o Controle Social, pois se não for assim fica no embate e, é isso que vem acontecendo. Prosseguindo, disse que essa é a posição da Cist, finalizando, agradeceu. Aplausos. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do ponto quatro da

pauta: Apresentação da adesão do Município do Rio de Janeiro à PNAISARI (Política de Atenção Integral aos Jovens em Conflito com a Lei). Nesse momento, a **palestrante e médica Patrícia Albuquerque** deu início a apresentação pautada com slides e comentários. Após a apresentação foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. O **conselheiro Geraldo Batista** disse para a médica Patrícia Albuquerque que tinha muita vontade para falar sobre isso porque foi ex-aluno da Funabem e conhece o adolescente ao fazer dezoito anos é colocado na rua para seguir seu destino. Sobre a responsabilidade, disse que preocupa mais com os atores que estão envolvidos, pois está envolvendo o Conselho Municipal de Saúde e futuramente os Conselhos Distritais de Saúde. Perguntou qual seria a participação do Conselho Estadual de Saúde porque estão falando do Degase e a responsabilidade para com esses menores é a segurança e a segurança é obrigação do Estado. Portanto, estão falando do Degase que hoje está na Secretaria Estadual de Educação, mas estão falando de envolver o Conselho Municipal de Saúde e os Conselhos Distritais de Saúde. Saliu que o Estado tem que resolver para saber qual o destino que vão dar a essa discussão do trâmite. E de quem será a responsabilidade para fazer esse mapeamento, se vai ser da Secretaria Estadual de Saúde. Como a médica disse ou da Secretaria Estadual de Educação. Como essa questão é confusa o Estado tem que resolver. Sobre a questão do orçamento e financiamento falado pela médica, disse que têm a preocupação porque, hoje, sabe que a saúde do Município do Rio de Janeiro está passando um momento difícil em relação à questão do financiamento. Informou que na AP 5.3 tem uma unidade que atende várias pessoas de outros municípios. Como o Degase se localiza no lugar que chamam de lote 14; eles têm acesso às unidades de saúde da AP 5.3, pois é um direito universal assegurado pelo SUS e pela própria Constituição para ter esse atendimento. Perguntou de onde virá o financiamento e quem vai bancar essa situação. Perguntou ainda de quem é a responsabilidade da tutela desse menor quando ele sair da AP 5.3 e como se dará a baixa já que ele estava no Degase, mas como saiu, caso tenha uma doença contagiosa como a tuberculose que é uma doença recorrente na AP 5.3, a ficha desse menor vai continuar no sistema da unidade de saúde da área. Novamente, perguntou como se dará essa baixa, essa transferência porque esse menor necessitará da continuação do tratamento de tuberculose para que não volte à unidade de saúde ou vá à outra unidade. O **conselheiro Ludugério Silva** parabenizou a médica Patrícia Albuquerque pelo trabalho apresentado e por trabalhar e lutar, por assim dizer, pelos menores. Sugeriu que a médica Patrícia Albuquerque represente junto às autoridades competentes da Defensoria Pública e os juizes. Informou que tem visitado os presídios do Estado do Rio de Janeiro e em Bangu, por exemplo, onde existe o maior complexo de presídios, ficaram estarecidos com o que os presidiários passam. Sugeriu que a doutora Patrícia Albuquerque trabalhe para que tenha uma audiência pública, inclusive poderá dizer em que os conselheiros poderão ajudar. Entretanto, que se façam presentes todos os Entes que compete como a Secretaria de Desenvolvimento Social, onde estão os Assistentes Sociais porque não percebeu nesse trabalho a presença desses profissionais, além de outras Entidades, pois querem ver os Assistentes Sociais trabalhando junto. Reafirmou que querem uma audiência pública para que cada um fique com a sua responsabilidade, trabalhando junto em prol da sociedade e não cada um fazendo o seu papel. A **conselheira Maria José Peixoto** disse para a médica Patrícia Albuquerque que foi um excelente trabalho porque acha que quando se fala do Degase se fala de adolescentes porque lida com; enfim dói muito ver as crianças que chegam à fase adulta, muitas das vezes presas, ou melhor, privadas da liberdade de ficarem com suas famílias para serem colocadas em reformatórios. Então falar que não é prisão é piada. Disse que achou interessante porque é a primeira vez que viu uma apresentação no Conselho Municipal de Saúde falar do Degase e foi extraordinário. Informou achar interessante que os membros do Conselho Municipal de Saúde passem a participar do Conselho de Assistência Social para traçarem estratégia de saúde em relação à convivência familiar porque no Conselho da Criança e do Adolescente têm instituições que trabalham com esses meninos. Acha isso muito importante porque têm que trabalhar fazendo o possível e o impossível para salvar os jovens e as crianças, pois não estão lá porque querem e sim porque não foram dadas as condições para eles e suas famílias. Infelizmente o Brasil é assim só constrói presídios e não escolas e quando tem a escola, entendam, é muito ruim, todos veem que falta merenda, pintura, ar condicionado, material escolar. Não é que falte tudo, mas quase tudo. Esclareceu quando foi responder processo na justiça aprendeu que não pode dizer que falta tudo porque sempre tem alguma coisa. Reafirmou



que esse trabalho é muito bom e acha que a médica Patrícia Albuquerque tirou esse resumo de um conjunto de documentos e foi muito interessante, pois vai valer muito à pena todos ouvirem mais sobre o Degase. Para quem não conhece é muito triste e podem lhe dar o dinheiro que quiser porque não trabalha em instituições prisionais, pois não têm condições emocionais para ver onde todos matam, esfolam, estupram e quando vai conversar com eles são todos muitos santinhos. Informou que o tratamento que é dado aos detentos, sejam eles maiores ou menores de idade é triste e desumano porque faltam direitos humanos no Estado do Rio de Janeiro e no país como um todo. Isso não é brincadeira porque até os urubus para quem não sabe sobrevoam os presídios do Rio de Janeiro por causa do cheiro que é insuportável. Portanto, os conselheiros precisam discutir mais sobre isso, humanizar mais essa questão para trabalharem melhor. Foi um trabalho maravilhoso e que fechou essa apresentação com chave de ouro. Por isso, agradeço a médica Patrícia Albuquerque por ter apresentado esse trabalho tão importante para a sociedade. A **conselheira Márcia Vera** cumprimentou os presentes. Disse para a médica Patrícia Albuquerque que achou a apresentação muito boa e perguntou se tem esse material para entregar aos conselheiros porque os conselheiros precisam estudar o conteúdo desse material para poderem opinar e não sair falando o que não é para ser falado. A **médica Patrícia Albuquerque** respondeu que tem. A **conselheira Elizabeth Guastini** disse para a médica Patrícia Albuquerque que quando passou os slides, os quais mostravam o percentual de vagas para atendimento e de adolescentes atendidos, os conselheiros viram que a superlotação está muito grande. Também foi colocado, que hoje em dia, a prefeitura já faz esse trabalho e que irá fazer a implementação do ponto de vista de estar podendo ter o repasse financeiro. Perguntou se a prefeitura tem alguma idéia para aumentar o número de vagas para poder sanar o problema da superlotação. Finalizando, perguntou ainda se já existe esse Projeto e como ficará essa situação. A **médica Patrícia Albuquerque** disse que começará a responder de trás para frente. Em relação à questão da conselheira Elizabeth Guastini, informou que a Secretaria Estadual de Educação é um sistema socioeducativo de cumprimento de medida e que seus membros não tratam como prisão, como sistema prisional e sim como sistema socioeducativo. Informou que não está na nossa governabilidade aumentar o número de vagas. Entretanto, o que está na nossa governabilidade é dizer o quanto que a superlotação é emissora de adoecimento. Esclareceu que a equipe de saúde do Degase tem essa consciência também e está trabalhando para mudar isso. Informou que teve notícias que na AP 5.1, a maior unidade é o Educandário Santo Expedito que é uma das unidades mais complexas. No entanto, a internação está fechada, ou seja, não entram mais novos infratores e a idéia é fechar. Essa é uma questão e que vão trabalhar no sentido de estimular para que tenham outras formas de cumprimento de medidas para reduzir a superlotação mas como colaboração técnica. Em relação ao que a conselheira Maria José Peixoto colocou, disse que esse trabalho vai demandar muito de nós e que não tem a menor dúvida disso porque o fato de atenderem essa população não quer dizer que está tudo uma maravilha, ou seja, terão que avaliar “pari passu” (ao mesmo tempo) e melhorar progressivamente. Entretanto, o fato de darem visibilidade dentro de um programa institucional dessa população junto a Secretaria Estadual de Educação e outras secretarias, acha que tem um marcador importante e concorda. Sobre a questão do conselheiro Ludugério Silva informou que o Município do Rio de Janeiro assumiu os hospitais estaduais Albert Schweitzer e Rocha Faria. Nesse termo de cooperação convencional da municipalização foi pactuado que a Atenção Primária dos privados de liberdade do sistema prisional adulto ficaria sobre responsabilidade do Estado. Isso não é absolutamente uma distorção é só visualizarem como é um cuidado cotidiano e visualizar como seria se essas cinquenta e umas mil pessoas do sistema prisional adulto tivessem que sair um a um para ser atendido fora. Tudo isso exige escolta, carro, fechamento de rua, polícia entrando armada; a pessoa é atendida algemada quando na verdade, tendo as equipes sob a gestão do Estado, dentro, cotidianamente é outra qualidade do cuidado e esse é o debate que estão tentando dar continuidade junto ao Ministério Público. Portanto, quando ouvirem falar que o Município não quis saber, não quis aderir a PNSSP (Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário), não é isso e sim porque têm uma proposta técnica onde o Município do Rio de Janeiro ficaria com a Atenção Especializada e a Atenção Hospitalar e daria supervisão matriciamento, treinamento para as equipes do Estado que tivessem na Atenção Primária mas pensando na efetividade do cuidado. Isso é muito diferente de dizer que o Município do Rio de Janeiro não quer saber dos privados de liberdade, além de ter uma questão

convenial porque foi feita uma pactuação e assumiram os dois hospitais. Entretanto, entre outras pactuações porque não é só essa já que tem várias outras, a atenção aos privados de liberdade. Informou que outros Estados do Brasil também defendem esse mesmo desenho onde o Estado assumiria a Atenção Básica por conta da especificidade, sobretudo as metrópoles porque acha que com os municípios de pequeno porte não tem problema, mas as metrópoles e a forma como o crime organizado está desenhado dificulta muito o ir e vir dessas pessoas para o cuidado fora. Dirigindo-se ao conselheiro Ludugério Silva disse que quando tiver informação de uma próxima reunião irá comunicá-lo para que possa fazer parte. Sobre as questões que o conselheiro Geraldo Batista colocou, informou que são muito bem-vindas, inclusive fica muito tranquila porque foram questões que levantaram lá. Informou que, hoje, quando um jovem tem que ir para a audiência com o juiz, à equipe do Degase, o agente leva esse menino e chegando lá pode ser que o juiz naquele momento determine que esteja liberado. Ressaltou para eles que cuidam e tem percebido que precisariam saber disso antes porque isso é implicar em mudar algum fluxo com a justiça porque a justiça não consegue informá-los antes. Por isso, o conselheiro Geraldo Batista; primeiro para que esse menino não fique perdido, sem uma referência clara de cuidado, estão firmes na questão do mapa de migração que João mora em Curicica, por assim dizer, a família dele é de lá, mas ela, a médica que está cuidando de João na Clínica da Família da Ilha do Governador, mas o pessoal da clínica sabe que a família do João está em Curicica. Essa Clínica da Família poderia ter isso claro para quando o Degase informasse: “olha o João foi liberado pelo juiz”. Era para que imediatamente a unidade tivesse essa informação. Sobre a complexidade dessa questão informou que poderiam fazer buscas. Entretanto, às vezes os familiares mudam de endereço e também tem uma questão de que às vezes os familiares não prestam algumas informações. Disse que sempre tentarão conquistar essa família e esse adolescente pelo cuidado de modo que esse adolescente não se sinta constrangido de dar informação para eles. Para isso, precisam ter claramente nessa planilha o endereço mas precisam dizer: você está internado aqui cumprindo medida, mas onde você mora mesmo. Isso para que a médica possa, inclusive, responsabilizar o Estado porque entendam esse adolescente pode ir para Angra e Angra tem que saber também que esse adolescente está aqui. Volta Redonda também têm que saber que esse adolescente está aqui, se bem que Volta Redonda tem unidade prisional e Campos também, mas têm municípios do Estado que não tem e essa é uma questão. A outra questão é do financiamento, entendam, como já disse, não chega a dois mil o município que teria uma margem de até mil e trezentos a mil e quatrocentos jovens, isso caso cumprisse estritamente o número de vagas. Entretanto, como disse, cinco já não importam. Informou ao conselheiro Geraldo Batista de Oliveira que o orçamento é tripartite, em seguida explicou como isso é feito. Esclareceu que têm uma responsabilidade pela AP's, pela Atenção Primária à Saúde, por ser morador do território e isso também entra nessa conta e entra o incentivo, ou seja, o cuidado dessa população, cuidado que já está sendo feito, por exemplo, na AP 5.3 são trinta e dois jovens, então esses jovens que estão no território são de responsabilidade dos membros da Atenção Primária à Saúde. Ressaltou que esse incentivo financeiro existe porque o Ministério da Saúde reconhece que é um trabalho diferenciado e que pode exigir mais até da equipe do seu cotidiano de trabalho. Por isso, algumas ações podem ser diferentes, diferentes mais não fora do que é competência da equipe porque também não assinariam isso se fosse desse jeito. O incentivo é para complementar esse orçamento, então no Município do Rio de Janeiro, nesse arco de financiamento, não teriam como instrumento o ônus porque já estão atendendo há certo tempo essa população, ou seja, essa população já está cadastrada e está sendo acompanhada. Agora digamos que “Deus” a livre que isso não aconteça, amanhã veem que isso aumenta muito e tal. Então terão que sentar, novamente, com os representantes do Estado do Rio de Janeiro e do Ministério da Saúde e repactuar. Esse monitoramento é o que pretende deixar claro que precisa existir porque o monitoramento é do cuidado técnico mas também é da forma como o incentivo chega. Essa é a questão do incentivo. Sobre a questão da lotação, disse que o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira foi muito feliz ao dizer como é que fica esse menino porque não é só pela queda de continuidade do tratamento não é pela própria relação desse menino com a saúde. Por isso, colocaram assim: “que o juiz, esteja lá no protocolo, no resumo dele, esteja assim - este jovem faz tratamento que não pode ser descontinuado”. Então o juiz terá que informar com antecedência há tempo e a hora para que a equipe da doutora fique sabendo. Sobre a terceira questão colocada pelo conselheiro Geraldo Batista

de Oliveira que refere-se como irão com o tamanho todo de trabalho a responsabilidade é do Conselho Estadual. Como disse no início essa política pública está sendo implantada e não tem que ser aprovada para ser implementada, pois é uma política pública nacional que já está implantada em vários municípios e pelo perfil da população, a exigência, clara, da política é que o Conselho de Atenção aos Direitos da Criança e do Adolescente seja deliberativo. Ressaltou que no Município do Rio de Janeiro deixaram clara a posição que vão acompanhar. O que o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira perguntou a doutora que também perguntou lá como faz com o Conselho Estadual porque acha fundamental que o Conselho Estadual de Educação e o Conselho Estadual de Saúde tomem ciência e acompanhe esse trabalho. Esclareceu que essa é uma decisão da Secretaria Estadual de Saúde. Disse que o pessoal do Município do Rio de Janeiro irá acompanhar e por acaso farão o trabalho do outro, não de modo algum, pois como falou existe uma função que é complementar e farão o que cabe a eles. Informou o que cabe a eles é acompanhar toda a política, as ações se as unidades da prefeitura estão atendendo; se o jovem está tendo acesso; se estão recebendo o incentivo, o repasse; se não estão recebendo o que poderão fazer; enfim monitorar, avaliar e propor porque deseja deixar claro essa palavra que podem propor porque a saúde tem um papel também de propor. Disse para o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira que espera voltar, em breve, ao Conselho Municipal de Saúde para dizer: Geraldo olha o Conselho Estadual de Saúde está incluído, também, assim como o Conselho Estadual de Educação. Ressaltou que isso é uma questão da Estrutura Estadual, mas acredita que irá acontecer lá o que está acontecendo aqui. Isso é o que espera e acredita mas enquanto isso farão o papel que lhes cabe. Entretanto, quando acharem que exista alguma coisa que precisam sugerir pautar, em relação ao Conselho Estadual, vão fazer através do grupo condutor porque nesse grupo irão ter atores do Estado e do Município. Se o Estado quiser incluir alguém do Conselho Estadual no grupo condutor do Município não cabe mas pode incluir no grupo condutor do Estado. Agradeceu por achar que as perguntas foram super importantes, pertinentes, questões que debateram e está feliz com as perguntas dos conselheiros porque só fortalecem que estavam com as preocupações parecidas próximas. O **conselheiro Geraldo Batista** lembrou a médica Patrícia Albuquerque que a única preocupação, hoje, como conselheiro é que ficam muito restritos, pessoalmente fica com medo quando falam de política nacional porque tiveram uma grande decepção com a política nacional de combate ao crack. Perguntou onde está a política nacional de combate ao crack porque até hoje não se sabe para onde foi os quinhentos e oitenta milhões que tiveram de devolver e não devolveram, apesar dos conselheiros terem debatido essa política até hoje. Disse esperar que essa política nacional não caia, também, nessa mesma questão porque envolve o Estado do Rio de Janeiro, o Município do Rio de Janeiro e o Ministério da Saúde como a política nacional e na ponta não veem nada acontecer. Finalizando, disse que é a questão que está colocando porque espera que não seja mais uma política nacional que acabe como acabou a política nacional do crack. A **médica Patrícia Albuquerque** respondeu que vão monitorar para que não aconteça isso até porque no caso é um incentivo diferente do crack que não era só incentivo, era. Nesse momento, a médica Patrícia Albuquerque foi interrompida pelo **conselheiro Geraldo Batista** dizendo concordar, mas ressaltou que o crack foi uma política nacional porque está falando da questão da política porque se liga tudo a saúde e no final a saúde acaba sendo condutor. Finalizando, agradeceu. A **Presidenta Fátima Lopes** após agradecer a médica Patrícia Albuquerque convidou-a a voltar. A **médica Patrícia Albuquerque** agradeceu a todos. Aplausos. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do ponto sete da pauta: Informes da Gestão da SMS - Apresentação sobre o Mutirão da catarata. Nesse momento, após cumprimentar os presentes, a **palestrante e assessora Cristiany Ávila** deu início a apresentação pautada com slides e comentários. Após a apresentação foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. Aplausos. O **conselheiro Ozeas Farias** perguntou se o hospital do olho, localizado a Rua Capitão Salomão em Botafogo é conveniado. A **assessora Cristiany Ávila** respondeu que não. Entretanto, os prestadores que têm são o Cepoa; o Centro Médico Darke localizado na Avenida Rio Branco (no site o endereço é Avenida 13 de maio, não Rio Branco - <https://darkeoftalmologia.com.br/como-chegar/>); o Cosc localizado em São Cristovão, e o Roberli Bichara. O **conselheiro Ludugério Silva** disse para a assessora Cristiany Ávila que gostou muito da apresentação e dos comentários. Contudo, gostaria que as informações por que, como ele acha, todos os conselheiros também estão precisando dessas informações. Informou que está em uma fila há algum tempo com exames e ainda

não conseguiu fazer sua cirurgia. Disse que passou por umas cinco clínicas e também não conseguiu fazer a cirurgia. A **assessora e palestrante Cristiany Ávila** perguntou se a cirurgia era de catarata e o **conselheiro Ludugério Silva** confirmou que sim e ressaltou que além da catarata tem glaucoma. Informou ainda que quando a assessora deu a informação de que as pessoas estavam cadastradas, além da informação de que no caso de faltarem às cirurgias têm até sessenta dias para terem um encaixe, por assim dizer, porque era essa a informação que os conselheiros estavam precisando. Afirmou que, quem sabe, possa ter essa oportunidade de um encaixe desses nessas faltas porque como ele tem muitas pessoas que não estão conseguindo fazer cirurgia porque quando o paciente faz o primeiro exame e depois vai fazer o segundo, já venceu, já passou os três de validade do exame. Então até esse paciente marcar uma nova consulta é uma dificuldade que a senhora assessora nem queira saber. Ressaltou que ele que é esclarecido tem essa dificuldade, então, senhora assessora, imagine as pessoas que não tem essa informação. Essa informação que a senhora passou no Conselho Municipal de Saúde é fundamental, onde deveriam estar presentes todos os representantes dos dez conselhos distritais. Por isso, será fundamental se a assessora Cristiane Ávila puder ir a cada um dos dez Conselhos Distritais para fazer uma palestra referente à cirurgia de catarata. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do ponto nove da pauta: Informes do Colegiado. O **conselheiro Ludugério Silva** disse que gostaria muito que a Subsecretária Márcia Rolim estivesse presente para que ele falasse do informe do Colegiado, mas como não está como todos os demais presentes o conselheiro pede a ajuda de todos. Perguntou o que o CDS da AP 5.1 precisa fazer para que o Cerest 3, que ganharam, seja devidamente credenciado e colocado no SUS para que possa funcionar e receber os recursos. Então quer deixar isso como pergunta e, também, ao mesmo tempo como uma proposta. O **conselheiro Ozeas Farias** informou que no mês passado houve uma audiência pública sobre Saúde Mental na ALERJ. Ressaltou que não compareceu porque assistiu de casa através da Tv Alerj e a transmissão foi muito boa. Então solicitou a Tv Alerj a audiência pública em DVD e gentilmente lhe enviaram o DVD, inclusive respondeu agradecendo. Disse que o programa é de suma importância e fala de tudo sobre saúde mental, inclusive o Dr. Hugo Fagundes fazia uma apresentação que não gostou muito, mas isso é um assunto para depois porque falou que o orçamento é uma peça de ficção. Então, meu “Deus” o conselheiro ficou horrorizado. Por isso, da próxima vez que estiver com o doutor Hugo Fagundes vai perguntar se na casa dele não tem orçamento porque recebe dez e gasta vinte e fica devendo as Casas Bahia e vai da valsa, mas não é assim já que o orçamento é uma coisa seríssima. Disse quando uma pessoa faz o orçamento é sobre o que ganha. Entretanto, no serviço público o orçamento é sobre o que arrecadou no ano passado. Portanto, não é admissível que o conselheiro ganhe dez mil hoje e amanhã passe a ganhar cinco mil. Isso não é possível a não ser que perca o emprego ou tenha algum distúrbio o que não é o caso. Então o doutor Hugo Fagundes não leva muito a sério a questão do orçamento. Reafirmou que diria para ele em uma próxima oportunidade que é um vexame os CAPSi estarem fechando e as pessoas que o visitam que se cuidam lá, estão sendo vítimas da desospitalização e são colocadas na rua porque a unidade está fechando por falta de pagamento de aluguel. Pelo amor de “Deus”, isso é uma coisa terrível. Com respeito às Clínicas da Família disse que não consegue entender porque acha que todos os presentes sabem que quando houve o projeto da implantação da Saúde da Família, a Câmara de Vereadores fez uma doação para a Secretaria Municipal de Saúde de cem milhões de reais para fazer as Clínicas de Saúde da Família. A não ser que isso seja mentira e que foi falado por todos os lados. Disse que a verba para fazer essas clínicas é carimbada e não tem como não terminar essa ou aquela porque a da área da AP 2.2 está terminada e funcionando, até, a contento. Esclareceu que informou para o Secretário Executivo David Lima que lhe daria uma cópia do DVD dessa audiência pública que foi muito importante. Finalizando, agradeceu. O **conselheiro Adelton Gunzburger** informou que pegará o gancho do conselheiro Ozeas Farias e irá ler uma moção de repúdio. Informou que a moção de repúdio foi entregue pela Presidente da AP 2.2, em abril, naquela apresentação na Assembléia Legislativa. Informou que irá ler a moção de repúdio porque concorda, pois se assim não fosse não iria ler. Então fez a leitura: “O Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2 repudia veementemente a proposta apresentada por uma Federação Brasileira de Planos de Saúde (Febraplan) para construir um novo sistema de saúde em substituição ao Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme afirmado pelo CEBES, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, o SUS foi criado na mesma época histórica da Constituição

Federal. Afirma essencialmente que saúde é direito de todos e dever do Estado. Segue tendências de países que oferecem um sistema universal, garantindo bem estar a toda sua população como o Canadá e do Reino Unido, inclusive em Portugal também. Fazer um sistema de saúde a partir de planos de saúde, como ocorre nos Estados Unidos, prejudica os mais pobres que passam a morrer por não terem dinheiro para tratamento de saúde. Além disso, é irracional em termos econômicos, sendo muito mais caro e ineficiente. Os mesmos Estados Unidos gastam muito mais em saúde para obterem resultados muito piores em termos de expectativa de vida ou mortalidade infantil, por exemplo. O SUS nunca foi adequadamente financiado e uma das razões é o excesso de benefícios fiscais que os planos de saúde ganham do Estado. Outro ataque que irá estrangular o SUS é a Emenda Constitucional 95, de teto de gastos, que irá congelar os investimentos em saúde, educação e assistência social pelos próximos 20 anos. Ao invés de construir um novo sistema de saúde o que precisamos é fazer cumprir o que está previsto no SUS, financiando adequadamente o sistema e impedindo que os planos se apropriem indevidamente desses recursos. Em meio a essa afronta ao direito, à saúde legitimado pela constituição, conclamamos à todas e todos para que debates e discussões locais sejam orientadores da 16ª Conferência Nacional de Saúde em 2019. Em defesa da democracia e do SUS público, gratuito e de qualidade”. Dezoito de abril de 2018, Maria Alice Gunzburger Costa Lima, Presidente do Conselho Distrital da AP 2.2. Aplausos. O **conselheiro Ozeas Farias** disse que não bate palmas porque o CDS da AP 2.2 tem um representante no Conselho Municipal de Saúde, pois nas duas últimas reuniões o conselheiro estava presente, inclusive, na última reunião quando a Presidente Maria Alice fez a leitura e poderia ter entregue essa moção a mim, o conselheiro Ozeas Farias por ser o representante da AP 2.2 porque o conselheiro Adelson Gunzburger é da AP. 4.0. Intervindo, a **Presidenta Fátima Lopes** disse para o Secretário Executivo David Lima que é informe e este concordou. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos e eu **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Marcelo Dionízio Gomes

Maria de Fátima Gustavo Lopes